

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONDRAF

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

Aos vinte e três dias de maio de 2014, foi realizada a Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf, das quatorze às dezessete horas, no Décimo Oitavo andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento, no Setor Bancário Norte, quadra um, Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes: o Secretário-Executivo do MDA, Laudemir Müller, o Secretário-Executivo do Condraf, João Guilherme Vogado Abrahão, os convidados(as) permanentes Secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, o Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes de Almeida, o Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes, a Secretária de Desenvolvimento Territorial, Andrea Lorena Butto Zarzar e a Presidente em Exercício do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Érica Borges, os conselheiros(as): Isadora Louzada Huguene Lacava (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Ana Cristina Secchi Correia (Ministério da Fazenda); Marcos Carvalho de Santana (Ministério da Integração Nacional); Eduardo Safons Soares (Ministério do Meio Ambiente); Edson Marcos Anhaia (Ministério da Educação); Jorge Ricardo de Almeida Gonçalves (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Alexandre Luís Giehl (Ministério da Pesca e Aquicultura); Roberto Marinho A. da Silva (Ministério do Trabalho e Emprego); Raimunda Celestina de Mascena (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República); Ênio Queijada de Souza (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); Mário Augusto Ribas Nascimento (Confederação Nacional dos Municípios); Marcos Rochinski (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil, Fetraf-Brasil); Luís Cláudio L. da Silva (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Cáritas Brasileira); Willian Clementino da Silva Matias, José Wilson de Sousa Gonçalves e Alessandra da Costa Lunes (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG); Jhony Matins de Jesus (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas - CONAQ); Amadeu Antônio Bonato (Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais - DESER); João Bosco Campos (Grupo de Trabalho Amazônico - GTA); Francisca Cristina do Nascimento (Articulação do Semi-Árido - ASA); Jonas Dantas (Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil - FASER); Silvio Ney B. Monteiro (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES); Iranilde Barbosa dos Santos (Coordenação das Organizações Indígenas do Brasil – COIAB) os (as) convidados (as): Karla Hora (Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário - DPMR/MDA); Edmilton Cerqueira (Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA – CGPC; Maurício Kasper (Assessoria de Juventude do MDA) e Ubiramar Bispo de Souza (Rede Nacional de Colegiados Territoriais –RNCT). Compareceram ainda: Vinicius Pereira (MS); Valéria Araújo (CONDEF/MDA); Gabriella Bontempo (MDA); Júlia Hora e Rafael Cedro (SE/MDA); Renata Leite, Raquel da Silva Alves e Elisângela Costa Bezerra (DPMR/MDA); Tauá Pires (CGPCT/MDA); Claudia Lúcia Soares de Oliveira (MCidades); Francinete P. da Cruz(SEPPPIR); Jackson Pinelli (Movimento de Pequenos Agricultores– MPA); Paulo de Oliveira Poleze (CONTAG); Vera Azevedo, Milena Araguaia, Paula Ramos, Ivanilson Guimarães, Antônio Lacerda Souto e Luciene Maria dos Santos (Secretaria-Executiva do Condraf). **Pauta** – Apresentação e Aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS 1. Palavra do Secretário-Executivo do MDA, Laudemir André Muller 2.

50 Histórico da Elaboração e Aprovação do PNDRSS, Francisca Cristina Nascimento e
51 demais membros do Grupo de Trabalho de Elaboração do PNDRSS - GTPlan 3.
52 Apresentação da Publicação do PNDRSS: Texto Principal e Encartes, Guilherme
53 Abrahão e Karla Hora 4. Aprovação do PNDRSS 5. Calendário dos Próximos Passos,
54 Laudemir André Muller 6. Palavra dos Conselheiros 7. Encerramento O Presidente do
55 Condraf convocou o Plenário do Condraf para a 8ª Reunião Extraordinária do Condraf,
56 atendendo ao Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 35 de 10 de janeiro de
57 2004 que define em seu artigo décimo que o Plenário reunir-se-á extraordinariamente
58 sempre que necessário, por convocação do Presidente e que a reunião extraordinária
59 tratará exclusivamente da matéria objeto da convocação – o PNDRSS. A abertura da
60 Reunião foi feita pelo Secretário-Executivo do MDA, Laudemir Muller, que iniciou
61 justificando a ausência do Ministro Miguel Rossetto que foi convocado pela Presidenta
62 Dilma Roussef para atender a uma agenda em Rondônia. Informou sobre várias agendas
63 importantes no período como as negociações do MDA e o Incra com os movimentos
64 sociais relacionados com a elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar e da
65 Reforma Agrária 2014/2015. Informou que foi formalizada uma Portaria do MDA e a
66 Advocacia Geral da União sobre a adjudicação de terras, significando que as terras
67 arrecadas de devedores da União sejam destinadas para a Reforma Agrária. Outra
68 medida legal relacionada ao crédito fundiário permite o financiamento de terras entre
69 herdeiros, atendendo a reivindicação da juventude rural. Chamou a atenção da
70 realização do Encontro EmRedes da Rede Nacional dos Colegiados Territoriais, em
71 Salvador, Bahia e o Encontro Nacional de Agroecologia ocorrido em Juazeiro, Bahia.
72 Concluindo esses breves informes referiu-se a pauta da 8ª Reunião Extraordinária a
73 etapa conclusiva do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
74 – PNDRSS que tem um significado muito importante para esse Conselho que contou
75 com a participação de todos e todas. Para fazer um resgate do processo de construção do
76 Plano Nacional a Conselheira Cristina Nascimento, em nome do Grupo de Trabalho de
77 Elaboração do Plano – GTPLAN. A conselheira chamou a atenção do número
78 expressivo de conselheiros na reunião, que a grande referência do Plano Nacional é a 2ª
79 Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS, que se
80 pretende que tenha uma dinâmica no cotidiano do Governo, que a criação do GTPLAN
81 constou do Regimento da 2ª CNDRSS, que a estrutura e a metodologia de elaboração
82 foi debatida e acordada no Plenário do Condraf, que na apresentação da versão
83 preliminar foi demonstrado, ao mesmo Plenário, que o Plano Nacional continha as
84 100(cem) propostas priorizadas na Conferência e essa versão foi também dialogada na
85 reunião do Intercomitês que tiveram o papel de qualificar o trabalho realizado até aquele
86 momento. O Plenário do Condraf ressaltou algumas ausências que não puderem ser
87 preenchidas porque não constavam das deliberações da Conferência e de outras
88 questões que não tinham constavam dessas deliberações e não tinham a ênfase
89 necessária, entre as quais, o papel multifuncional da agricultura familiar, uma melhor
90 contextualização sobre os povos e populações tradicionais, das águas e das florestas,
91 dos agrotóxicos, a educação do campo, o programa de aquisição de alimentos, a
92 governança fundiária. No caso da reforma agrária era necessário evidenciar as críticas e
93 as contradições da política. Trazer para o Plano programas que estão presentes no rural
94 como Mais Médicos e Minha Casa, Minha Vida. Destacar o ano internacional da
95 agricultura familiar, trazendo os desafios da agricultura familiar na produção de
96 alimentos, na contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população do campo
97 e das cidades e a contribuição para a segurança alimentar e finalmente a gestão do
98 Plano. A perspectiva é que o Plano não se encerra nesta versão definitiva, publicada

99 num belo formato. Esse é um plano vivo que segue a mesma metodologia adotada
100 quando na realização das conferências territoriais, estaduais e na nacional e deverá
101 seguir uma dinâmica para o futuro. No plano estão colocadas as metas de curto prazo,
102 mas deverão ser construídas as metas de médio e longo prazo especialmente nos debates
103 do Plano Plurianual de Governo. No Conferência + 2, como consta no Regimento da 2ª
104 CNDRSS, deveremos analisar os avanços alcançados e os desafios encontrados.
105 Finalizou afirmando que esse não é um Plano do GTPLAN, não é do Governo ou do
106 Condraf, é um Plano da sociedade brasileira. Dando seguimento, o Secretário do
107 Condraf, João Guilherme Abrahão, fez uma apresentação da publicação, em caixa, que
108 contém um caderno principal com o PNDRSS e que também alguns encartes. Um deles,
109 na cor azul, consta o rastreamento do Plano Nacional que consiste em mostrar nas
110 estratégias, iniciativas e metas as 100 proposições aprovadas na 2ª CNDRSS, de sorte
111 que aqueles que estiveram presentes nas conferências possam verificar aonde estão
112 localizadas as propostas priorizadas. Em seguida a Diretora de Políticas para as
113 Mulheres Rurais, Karla Hora, fez também uma apresentação dos três outros encartes,
114 explicitando o sentido dos encartes, afirmando que ter os encartes foi uma decisão
115 importante dialogada não só no GTPLAN mas, que também para garantir a
116 transversalidade dos segmentos específicos, mulheres, jovens e povos e comunidades
117 tradicionais mas também visibilizar a especificidade que esses segmentos têm do ponto
118 de vista de um agenda de superação da desigualdade e tem um simbolismo muito
119 grande porque significou que os três segmentos compõem um conjunto de estratégias e
120 um novo marco na elaboração dos planos. Uma Conferência que pela primeira vez no
121 nosso país teve paridade de gênero, uma conferência que superou as suas cotas de
122 juventude, que valorizou e reconheceu os povos e comunidades tradicionais visibilizar
123 todas essas demandas e agendas e sua contribuição significativa para o processo de
124 desenvolvimento rural sustentável e solidário A perspectiva é que esse material seja um
125 instrumento para que as mulheres, a juventude, os povos e comunidades tradicionais se
126 reconheçam em todo o processo do Plano, e contribuam nos debates que se seguirão,
127 tanto em nível estadual quanto territorial para a construção e preparação das próximas
128 etapas. O Secretário João Guilherme acrescentou que teremos a gestão e o
129 acompanhamento das metas muito próximo ao Ministério do Planejamento, Orçamento
130 e Gestão. Finalizando, o Secretário-Executivo, Laudemir Muller, encaminhou a votação
131 para a aprovação do PNDRSS sugerindo que os conselheiros e conselheiras que
132 aprovam o Plano se manifestassem levantando o caderno do Plano, e considerou
133 aprovado o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário,
134 agradecendo a todos e todas que trabalharam na sua elaboração, ao Plenário do Condraf,
135 a equipe do Ministério, os membros do GTPLAN e sua dedicação e priorização em suas
136 agendas para a elaboração do Plano, a equipe do Ministério do Planejamento que
137 acompanhou esse processo. Laudemir ressaltou que o Plano Nacional será o grande
138 orientador do Ministério, com os compromissos já firmados, a capacidade de operar as
139 políticas, o orçamento disponível e as metas a serem cumpridas. É um Plano real que
140 veio debatido e sendo aprovadas as proposições desde os municípios, os territórios, os
141 estados até chegar ao nacional. Agora é a fase de implementação e daqui há dois anos
142 avaliar e rever os projetos. Após essa intervenção do Secretário-Executivo, os
143 conselheiros e conselheiras fizeram suas manifestações em relação ao PNDRSS, entre
144 as quais, um agradecimento de todos que se manifestaram aos membros do GTPLAN
145 pelo trabalho realizado, uma afirmação que foi uma construção que revela a diversidade
146 de pensamentos, que agora temos base que orientam as políticas para o rural brasileiro,
147 que chegamos ao que todos desejam uma sociedade justa, igualitária, humana e

148 inclusiva e que foi aprovado no Ano Internacional da Agricultura Familiar que
149 demonstra o papel e a importância que a agricultura familiar tem no Brasil e o que
150 sinaliza para o mundo. Foi evidenciado o papel que o Antônio Lacerda teve na
151 Secretaria do Condraf na elaboração do Plano e que continuará tendo na sua
152 implementação, por parte da sociedade civil, uma vez que hoje está trabalhando na
153 Contag. O Conselheiro Silvio Ney fez um informe sobre o Congresso Nacional do
154 Cooperativismo e a presença e apoio do MDA e das organizações na realização desse
155 evento, agradecendo, ainda, a confiança do Pleno no GTPLAN e o que é mais
156 importante do que a aprovação do Plano Nacional é sua implementação. Outra
157 Conselheira, Iranilde Barbosa, parabenizou o encarte de povos e comunidades
158 tradicionais porque facilita o manuseio das propostas para os indígenas e para as
159 mulheres indígenas, informando que representou a COIAB na comitiva brasileira que
160 esteve presente no 13º Fórum Permanente para as Questões Indígenas, da FAO e que
161 pelo enlace continental também participaram mulheres indígenas da América Latina. A
162 Conselheira Francisca Nascimento iniciou informando que o CETRA, organização que
163 representa e que faz parte da ASA, recebeu um prêmio ODM, objetivos do
164 Desenvolvimento do Milênio, pela experiência desenvolvida na erradicação da pobreza
165 no Território Vales do Curu e Aracatiaçu, na Região Norte do Estado do Ceará,
166 informando também sobre o 3º Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em
167 Juazeiro com mais de dois mil participantes, uma referência para a produção de base
168 agroecológica que foi também definida como prioritária na 2ª CNDRSS. O Conselheiro
169 Marcos Rochinski fez uma importante reflexão sobre o Plano Nacional e sobre o
170 Condraf: lembrando quando começamos a construir o processo da conferência e
171 dizíamos que seria coroado com um plano e parecia tão distante, tão difícil, até porque a
172 todo momento trabalhamos de modo diferente, com ‘metodologias e processos
173 diferenciados. Então, se nós tivéssemos construído um plano da forma tradicional
174 reunindo 4, 5, 6 pessoas, às vezes em alguma assembleia um pouco mais representativa,
175 e escrever um plano a partir daquilo que já está sendo executado, seja no âmbito
176 governamental, seja a partir de um extrato das pautas dos movimentos sociais, se nós
177 tivéssemos feito um plano com essas características, talvez não tivéssemos o mesmo
178 grau de satisfação que temos nesse momento, tanto no âmbito do Condraf e, sobretudo,
179 no GTPLAN. O Plano é resultado de fazer diferente, de construir uma conferência com
180 documento de referência ao invés de um documento-base para as pessoas ficarem
181 emendando documento escrito entre quatro paredes. Construímos um plano que partiu,
182 na sua essência, daquilo que as pessoas trouxeram nas conferências territoriais, nas
183 conferências estaduais e na conferência nacional e que tem um significado: fizemos um
184 plano baseado efetivamente naquilo que o povo pensa, naquilo que os agricultores e
185 agricultoras pensam. O Plano é também um marco no ano internacional da agricultura
186 familiar porque achávamos que a agricultura familiar merece um Plano de
187 Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Independente do Governo que venha ser
188 eleito, temos como intervir no próximo PPA, com mais qualidade. Por último queria
189 fazer uma referência, fui ao longo desse período do Condraf uma das pessoas que mais
190 cobrou junto com outros companheiros e companheiras da sociedade civil que
191 precisávamos transformar o Condraf em um espaço que efetivamente se tornasse um
192 espaço de construção de políticas e não apenas um espaço para receber informes das
193 ações de Governo. Agora gostaria de transmitir para o Ministro Pepe Vargas e para o
194 Ministro Miguel Rossetto da satisfação da sociedade civil que sentiu a reciprocidade do
195 Governo e do MDA e foi justamente isso que permitiu que conseguíssemos chegar onde
196 chegamos construindo esse Plano, resultado dessa decisão política de tornar

197 efetivamente o Condraf um espaço do jeito que precisa ser. O Conselheiro Mandela
198 chamou a atenção que aprovamos o Plano Nacional numa semana singular que
199 coincidiu com o encontro nacional de agroecologia quando o Estado, entendido de
200 forma ampla, constituído pelo Governo, pela sociedade civil, por instituições de
201 pesquisa e de ensino que se posicionou pela adoção de uma produção agroecológica de
202 alimentos e de abastecimento da sociedade brasileira e que não é possível fazer
203 desenvolvimento rural sustentável no país sem as organizações da sociedade que são
204 responsáveis por essa produção. Esse Plano representa uma trincheira fundamental da
205 luta das organizações da sociedade civil e dos movimentos de luta e até mesmo do
206 MDA, do Ministério do Desenvolvimento Social, dos ministérios e instituições públicas
207 na construção de políticas públicas, principalmente do ponto de vista orçamentário, o
208 Plano é uma pauta de todos no curto prazo e uma ferramenta de construção para o
209 médio e longo prazo. O Condraf está sendo inovador, as caixas pretas geralmente são
210 feitas para serem abertas quando tem um acidente, essa caixa preta tem que ser aberta
211 para socializarmos as políticas e o desenvolvimento de ações do Estado Brasileiro.
212 Dando seguimento, houve, por parte da representação da Rede Nacional de Colegiados
213 Territoriais, a constatação da importância, na conferência, da obrigatoriedade da etapa
214 territorial, cujos debates promoveram a revitalização dos colegiados territoriais e a
215 reflexão sobre seus planos de desenvolvimento. Foi importante também a RNCT ter
216 participado do GTPLAN. Trouxe uma informação que a Rede conta, hoje, com 256
217 colegiados territoriais em 26 estados, envolvendo 4 mil municípios, 19 mil entidades,
218 entre poder público e sociedade civil, participando dos colegiados territoriais, sendo 239
219 apoiados pelo Pronat e 120 participam do Programa Territórios da Cidadania. Fez uma
220 referência ao Encontro Nacional da Rede, em Salvador, EmRede, destacando o papel
221 das mulheres que tiveram a maioria na participação do Encontro e a importância de
222 ampliar os debates sobre o sistema de desenvolvimento rural sustentável e solidário
223 envolvendo os representantes dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural
224 sustentável, estiveram presentes 20 conselhos, cujos debates estão sendo acompanhados
225 pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial, debates que serão enviados para o Pleno
226 do Condraf. Agradeceu a presença do Ministro Rossetto, do Governador Jaques Wagner
227 e diversos secretários, agradeceu a presença da SDT e agradeceu especialmente a
228 Secretária Andrea Butto e que esses anos a partir de 2012 a Rede tem convivido com a
229 SDT, amadureceu, aperfeiçoou e saiu do Encontro preparado para vencer os obstáculos
230 e consolidar a política de desenvolvimento territorial nesse País. A Secretária Andrea
231 Butto afirmou que a política de desenvolvimento territorial é um enorme avanço e
232 sabemos que nesses últimos 10 anos o que tínhamos eram planos territoriais que não
233 tinham expressão nos PPAs, que não se articulavam nos planos estaduais e com o plano
234 nacional e temos agora a possibilidade de fazer a articulação do nacional com o local
235 garantindo a participação social. No EmRede falou-se em recomposição da política e
236 será preciso ligar a agenda do Condraf com os colegiados territoriais que é o
237 aprofundamento do sistema de desenvolvimento rural e a articulação com os conselhos
238 estaduais na construção de Planos Estaduais que já avançaram nos Estados do Pará,
239 Paraná, Ceará, Acre, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e
240 Maranhão. Informou que na abertura do EmRedes o Ministro Rossetto assinou termos
241 de cooperação com 8 estados com 3 objetos, um deles para a elaboração de planos
242 estaduais e territoriais. A conselheira Alessandra Lunes fez um informe sobre o Grito da
243 Terra 2014 que envolveu atividades em 15 estados e cerca de 50 mil trabalhadores e
244 trabalhadoras participaram. O plano é um ponto de partida para pensar os próximos
245 momentos, elogiou o formato em caixa e o encarte das mulheres a ser levada para o

246 Observatório da Marcha das Margaridas e que deveria ser feito um esforço de publicá-la
247 em inglês e espanhol para orientar os passos seguintes do ano internacional da
248 agricultura familiar. Como os demais fez um elogio ao trabalho do GTPLAN e a Vera
249 Azevedo da Secretaria do Condraf pelo trabalho de mobilização e articulação que vem
250 realizando no Conselho. O Conselheiro Jorge Ricardo, representante do MAPA,
251 parabenizou enquanto cidadão o trabalho realizado ressaltando que o MAPA tem uma
252 responsabilidade especialmente a Coordenação de Agroecologia e que o Planapo está
253 muito bem representado no Plano Nacional. O Conselheiro Mário Ribas, representante
254 da CNM, ao tempo em que parabenizou o trabalho realizado, trouxe uma demanda dos
255 municípios em relação ao Suasa que hoje é um gargalo para a comercialização dos
256 produtos da agricultura familiar, informando que foram realizados 30 seminários, em
257 2013, em todos os estados em que foi debatida a inspeção municipal e a necessidade de
258 financiamento dessa atividade, como também uma demanda para que as máquinas do
259 PAC 2 abrangesse também municípios até 100 mil habitantes. Edmilton Cerqueira,
260 coordenador da CNPCT/MDA, posicionou-se sobre a importância da conferência
261 específica de povos e comunidades e o avanço com a inclusão, como tema transversal, o
262 etnodesenvolvimento. Sobre a publicação do Plano Nacional, cujo encarte dialoga com
263 as políticas para os povos e comunidades tradicionais, dialoga com o plano nacional dos
264 povos e comunidades tradicionais, com o Programa Brasil Quilombola e com a política
265 nacional de gestão territorial ambiental de terras indígenas, assim como com o plano
266 nacional de fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade. Finalizando a reunião o
267 Secretário Laudemir Muller e o Secretário João Guilherme propuseram os
268 encaminhamentos para trabalhar concretamente a implementação do PNDRSS, trazendo
269 os demais ministérios para uma agenda de compromissos com as metas, visando dar
270 visibilidade política ao Plano. É necessário também pensar nas tarefas relacionadas aos
271 estados porque temos que fazer o caminho de volta para reunir as proposições
272 aprovadas e que estão sob a responsabilidade dos governos estaduais, municipais e
273 compromissos assumidos nos territórios rurais, muitos dos quais são compromissos da
274 sociedade civil. No caso da implementação teremos que constituir um Comitê
275 Executivo de Governo inclusive na preparação do próximo PPA e um Comitê de Gestão
276 Social e teremos que lidar com o período eleitoral. A proposta da Secretaria é uma
277 próxima reunião ordinária nos dias cinco e seis de agosto e uma Plenária conjunta com
278 o Conselho de Segurança Alimentar-CONSEA sobre o Ano Internacional da
279 Agricultura Familiar, em que o Condraf também será organizador e participará de uma
280 reunião preparatória no dia 26 após o lançamento do Plano Safra da Agricultura
281 Familiar. A Secretária Andrea Butto propôs uma discussão mais geral sobre a política
282 de desenvolvimento territorial, debatendo com os colegiados territoriais e com os
283 conselhos estaduais o sistema de desenvolvimento rural. João Scaramella do Inbra
284 propôs a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária que terá como base os
285 debates do Comitê de Reforma Agrária que ainda está na fase de estruturação. Após os
286 encaminhamentos o Secretário Laudemir Muller encerrou a 8ª Reunião Extraordinária,
287 festiva, comemorativa, importante com um coffee break para a troca de cartões que
288 fazem parte da publicação do PNDRSS.

289
290
291
292
293
294

Miguel Soldatelli Rossetto
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável